



# Anais da Assembléia

Nº 215

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JANEIRO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT - 12:** Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Sâmis da Silva - Valdir Rossoni - Walmor Trentini;  
**PMDB - 09:** Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Toti Colaço; **PSDB - 09:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; **PFL - 06:** Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; **PPB - 06:** Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; **PTB - 06:** Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; **PT - 05:** Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; **PL - 01:** Horácio Rodrigues.

LEI Nº 11.662

DATA: 10 de janeiro de 1997.

SÚMULA: Toma obrigatório aos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º e 3º graus, a abonação de faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º. do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º e 3º graus, obrigados a abonarem as faltas dos alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa.

Art. 2º - Para o aluno beneficiar-se desta Lei deverá apresentar ao estabelecimento de ensino, declaração assinada pelo responsável da congregação religiosa a que pertence, com firma reconhecida, atestando a sua condição de membro regular da igreja e o dia da semana que deve se abster de frequentar aulas.

Art. 3º - Caberá ao estabelecimento de ensino dispor sobre o período de validade da declaração mencionada no art. 2º.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10.01.97.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 1997.  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademir Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando-se ausentes dos seguintes Senhores Deputados: Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Carlos Simões, Irineu Colombo, Marquinhos Alves, Nereu Moura, Péricles de Mello e Sérgio Spada (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da

sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 1828-R

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido, emendas no curso de sua tramitação. Projeto de Lei nº 586/96 - Mensagem nº 001/97.

Sala das Sessões, em 13.01.97.  
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 588/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Acrescenta um Artigo - o 4º - com a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica autorizado, ainda, o Poder Executivo a extinguir a Secretaria de Estado do Planejamento, redistribuindo as suas funções para as demais Secretarias, conforme as suas atribuições assim o exigirem.

Parágrafo Único - Os servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais, passarão à Secretaria de Estado da Administração.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, José Tavares, Orlando Pessuti e Toti Colaço.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria registrar a presença do Prefeito de Boa Esperança, o Senhor Claudio Gotardo que se encontra aqui.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Se me permite V. Exa. gostaria de destacar a presença na Sessão de hoje do Presidente da Câmara Municipal de Colombo, Dr. José Vicente, com votos de boas vindas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado. Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 46 Senhores Deputados

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/97 objetiva transferir da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para a Secretaria de Estado da Fazenda, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais. COM PARECERES DAS COMISSÕES.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente aprovada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 586/96  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

Acrescenta um artigo - o 4º - com a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica autorizado, ainda, o Poder Executivo a extinguir a Secretaria de Estado do Planejamento, redistribuindo as suas funções para as demais Secretarias, conforme as suas atribuições assim o exigirem.

Parágrafo Único - Os servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais, passarão à Secretaria de Estado da Administração.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, José Tavares, Orlando Pessuti e Toti Colaço.

o SR. 1º SECRETÁRIO - Lê a Emenda do Projeto de Lei 586/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas uma informação de V.Exa. inicialmente, haverá uma nova sessão após essa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se a Emenda for aceita e aprovada, aí haverá uma nova sessão, mas se a Emenda não for aceita ou não for aprovada se encerra a votação agora nessa sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, não gostaria de misturar as matérias, razão pela qual o Deputado Renato Adur fará argumentação desta Emenda de extinção da Secretaria, embora acho, Deputado Renato Adur, profundamente inócua a aprovação, até desnecessária porque a Secretaria está extinta com essa transferência, porque só nos determos na leitura do Projeto que aqui mandasse, se fosse só o controle orçamentário do Estado, tudo bem. Mas o projeto já está autorizado a transferir os grupos setoriais da Secretaria de Planejamento para a Secretaria da Fazenda, transferindo os grupos setoriais terminou a Secretaria, ela não tem razão nenhuma de existência. E só chamo atenção, Deputado Rossoni, porque neste clima que estamos aqui, Situação e Oposição, cada um querendo analisar aonde é que está o bote da questão, chamo a atenção de uma coisa, o risco do Planejamento e da Fazenda está sobre a mesma tutela. Porque é como colocar numa Prefeitura, Deputado Reny Borsatto, o contador e o tesoureiro na mesma pessoa, quer dizer, você contabiliza e paga. O Planejamento é o órgão executor da macro-política de Governo - controla isso - a Fazenda arrecada. O que es-

tamos fazendo é transferir tudo para um setor só. Tem este risco de se perder esse controle da execução orçamentária, que nada tem a ver com a execução da receita, arrecadação, na tributação do Estado.

Então, isso é muito sério. Mas é como eu já disse, em tom de brincadeira ao Deputado Anibal Khury, dentro desta Casa: é uma matéria do Executivo, e não vamos nos imiscuir sobre ela. Deixe que o Executivo resolva os seus problemas de Secretaria, que afinal de contas, arca com as consequências também da má ou da boa política administrativa armada no Estado.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o que me pede para o Pequeno Expediente, é pela oportunidade, a não ser perdida, porque possivelmente após esta Sessão, senão chegar nova matéria, esta Casa entra num "Recesso Branco", só voltando em fevereiro. E como saiu uma edição do novo Jornal do Paraná, Trovão Azul, que aliás era o nome de um escritório político do PMDB, e passou agora a ser usado como nome de um jornal, aliás com o mesmo redator que trabalhava no escritório político do partido, por razões de ordem política não explicáveis, hoje, escreve.

Queria fazer questão de registrar nesta Casa, antes do encerramento do Período Extraordinário, aqui a matéria diz: "O verdadeiro Pinóquio", e cita aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, vejamos como as provas são contundentes. Este é o documento que o Requião mandou para todos os correntistas do BANESTADO na época em que era candidato a Senador.

Aqui começa uma mentira, porque nesta oportunidade não havia convenção nenhuma, ninguém era candidato a coisa nenhuma. O atual Senador Roberto Requião, na época era Governador do Estado, e como Governador do Estado, a pessoa maior, responsável pelo bom resultado financeiro do Banco do Estado do Paraná, que tem o controle acionário do Governo do Estado.

Mas olhem a gravidade desta carta, que faz parte como peça chave do processo de cassação do mandato do Senador Roberto Requião: "Prezado correntista, o nosso BANESTADO tem mantido a melhor "performance" entre todos os bancos que operam no país: bancos públicos, privados, nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo, o nosso Paraná teve nos últimos doze meses, segundo o IBGE, o maior crescimento industrial do país, 33,4%, período em que a indústria brasileira cresceu 11,8%, e a indústria paulista 14,7%. Mais ainda, nos últimos seis meses a economia paranaense cresceu 11,21, e a economia brasileira cresceu 5,49%.

O BANESTADO, ao lado das ações do Governo do Estado do Paraná tem alavancado este crescimento, incentivando a produção e a geração de mais empregos: o "Panela Cheia", o "Bom Emprego" o financiamento de tratores, a equivalência em produtos, são exemplos desta política, financiamento sem juros, e com a taxa inferior às praticadas no mercado.

Enquanto isso, o Governo do Estado constrói a FERROESTE, duplica a BR-376, recupera dois mil e seiscentos quilômetros de rodovias estaduais. Diga-se de passagem para alguém não dizer que não é verdade, o convênio assinado, que hoje, ainda, continua a recuperar a estrada do Paraná, um convênio assinado com o Banco Mundial, no Governo Roberto Requião, de duzentos e poucos milhões de dólares.

Realiza trinta mil obras, em trezentos e setenta e um municípios paranaenses, através do PEDU. Dá água pura a 100% da população. Trata 100% do esgoto coletado. Reinicia as obras da Ponte Guaíra - Mato Grosso, que paralisou depois. Constrói a Ponte Capanema - Andressito. Recupera e constrói quatro mil salas de aula. Instala mil e quinhentas antenas parabólicas em nossas escolas, dando ao professor e aluno uma educação de primeiro mundo. Inaugura a Usina de Segredo, e inicia a



construção da Usina de Salto Caxias. Investe trezentos milhões de dólares na melhoria da nossa agricultura. Na região de Curitiba começamos agora um grande programa de saneamento básico, e de largada vamos fazer mais de um milhão de quilômetros de esgoto. Já construímos quarenta mil casas populares, dando uma moradia digna para mais de quinhentos mil paranaenses. São programas e obras que melhoram a vida, geram progresso e criam seiscentos mil empregos. O braço financeiro de tudo isto é o BANESTADO. Continue acreditando no Paraná; continue trabalhando com o nosso banco. Ele é muito importante para todos nós."

Assina Roberto Requião.

Isto, Deputado Luiz Carlos Zuk, é uma peça acusatória. Digo isto, porque se passar despercebido dará impressão de peça de defesa. É uma conclamação ao paranaense para trabalhar com o Banco do Estado do Paraná, porque é o banco que foi o braço de aplicação do programa "Bom Emprego Rural", "Bom Emprego Urbano", "Panela Cheia". Foi a porta que deu oportunidade de fazer a eletrificação rural. Tudo isto através da presença do BANESTADO. E, esta é uma carta mandada para os correntistas do banco pedindo para acreditar no Banco do Estado do Paraná. Isto está na 3ª Vara da Fazenda Pública como Peça de Instrução de Cassação do mandato do Senador Roberto Requião por ter tido esta posição de defesa do Paraná. Deixo a pergunta: depois de ouvir alguns institucionais, que todos temos lembrança feitos por Prefeitos, por Governador, corremos o grave risco de, a cada instante termos o pedido de cassação de governantes nossos se mantivermos esta posição de, tentar obstruir a possibilidade que se chame ao brio do povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao Projeto e Emenda.

Encaminhar a Emenda ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhamos na Comissão de Constituição e Justiça a votação, a apreciação da Mensagem do Governo no qual extingue praticamente, autoriza o Governo do Estado a transferir incumbências da Secretaria do Planejamento para a Secretaria da Fazenda.

Tomamos muita atenção, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no parágrafo único dessa Mensagem do qual: "fica ainda, autorizado o Poder Executivo a baixar os atos de reformulação das estruturas organizacionais das Secretarias de Estado atingidas pela presente Lei, assim como proceder transferência de lotação de seus servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais, além de outros que forem necessários à fiel execução da medida."

Este parágrafo único nada menos é do que uma autorização desta Casa para eliminar sumariamente a Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná.

Deputado Caíto Quintana colocou muito bem a questão das incumbências de um órgão planejador e um órgão arrecadador e repassador de dinheiro.

Entendemos e, aqui queremos preservar a questão do funcionalismo público do Estado, dos funcionários da Secretaria de Planejamento. E, buscando tomar esta preocupação, ao lado também de uma Secretaria que ficará, praticamente, esvaziada e, a Secretaria de Planejamento será muito pequena para a capacidade do Secretário que atualmente a exerce.

Entendemos que a capacidade do ex-Prefeito Rafael Greca é muito maior do que a pequena Secretaria que teremos a partir de agora. E, a questão do funcionalismo, procuramos com esta Emenda preservar a questão

dos cargos e das dotações orçamentárias dos funcionários da Secretaria do Planejamento. O nosso parágrafo único da nossa Emenda reza o seguinte: "Os servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais passarão à Secretaria de Administração."

Indo para a Secretaria de Administração, que é um órgão que padroniza, que define e faz a redefinição dos programas do Governo poderá perfeitamente preservar e auxiliar esses funcionários da Secretaria de Planejamento.

Portanto, Senhor Presidente, a nossa Emenda, rogo aos Senhores Deputados que nos apoiem. Porque estaremos com isso, contribuindo, como bem disse o Deputado Romanelli, com o Governo do Estado do Paraná, inimizando custos e preservando uma capacidade administrativa deste Estado, que é o atual Secretário Rafael Greca, que ficará praticamente, em disfunção numa Secretaria inócua que é a Secretaria de Planejamento.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e nobres Colegas.

Ao encaminhar a discussão, a proposta do ilustre Deputado Renato Adur, acompanhando outras assinaturas. Quero manifestar aqui meu voto contrário à proposta do ilustre Deputado. E contrário também a este entendimento do Deputado Renato Adur, como também, dos ilustres Deputados Caíto Quintana e Deputado Romanelli.

Ora, a proposta, Senhor Presidente, é do Governador do Estado, que ele para executar o Governo que se propõe, ele encaminha para esta Casa, pedido de autorização para transformação, para algumas mudanças da Secretaria do Planejamento, transferindo, responsabilidade, ônus, incumbência para fazer.

Mas nem de longe, Senhor Presidente, o Governador imaginou, que é um homem inteligente e responsável pelo destino administrativo do Estado, em extinguir a Secretaria do Planejamento.

Tanto assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que foi convidar um dos homens mais listres da política paranaense para ser o Secretário do Planejamento para dirigir a Secretaria do Planejamento. Tão importante quanto antes. Por quê? Porque Rafael Greca, que todos nós aqui conhecemos, Parlamentar brilhante, ex-Prefeito da Capital do Estado, que realizou uma obra invejável, não só do Paraná, mas admitida como extraordinária em todo o Brasil, vai agora prestar a Jaime Lerner, seu companheiro, seu amigo uma ajuda, colaboração mais estreita, porque tem competência e capacidade para isso. E será lá na Secretaria do Planejamento, sem essas atribuições que são atribuídas à Fazenda. Como disse o Senhor Governador na Mensagem que faz a esta Casa, depois de tecer considerações sobre o artigo 1º da Mensagem ele diz: "Por oportuno, Senhor Presidente, vale lembrar ainda que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral em sua competência básica, fundamental não terá entre outras Coordenação de toda a ação de Planejamento do Governo com base no conhecimento sobre a realidade econômica e social do Estado e nas políticas governamentais. Além de definir, Senhor Presidente, prioridades de investimentos. Ninguém melhor e mais capaz, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o ilustre, ex-Deputado e ex-Prefeito, Rafael Greca.

Não serão esses argumentos da Opisição, aliás está no seu papel de que representa estes argumentos através de uma Emenda, toda ela de caráter partidário, não serão estes discursos que haverão de mudar o nosso

voto, que daremos mais uma vez o nosso voto de confiança em Jaime Lerner. E sem dúvida, porque conhecemos tanto a capacidade do Greca, em realizar lá na Secretaria do Planejamento uma administração, forte e séria como vem sendo até agora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Temos no inciso 4º, artigo 66, da nossa Constituição, deixo de receber a Emenda apresentada pelo Deputado Adur, transformando-a num Projeto à parte.

Pela Ordem o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Requeiro a Vossa Excelência, que de acordo com o Regimento desta Casa, submeta a decisão do Plenário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É regimental a pretensão do Deputado Adur, vou submeter a minha decisão ao Plenário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) -

Quero crer o seguinte: a Mesa quer fazer valer o rolo compressor que temos aqui nesta Casa. Desculpe, Vossa Excelência que é um democrata, mas é uma democracia aparente, porque Vossa Excelência sabe que esta Emenda é absolutamente constitucional, porque ela é autorizatória no sentido de ampliar aquilo que o Governador mandou para esta Casa na sua atribuição específica. São improcedentes as argumentações feitas pelo Deputado Basílio Zanusso. São improcedentes por quê? Porque no momento em que o governo esvazia a caneta do Secretário, extingue, transfere as suas funções, não há sentido em se manter uma estrutura dispendiosa como é a estrutura que mantém o Secretário de Estado.

Então, o que o Deputado Renato Adur propõe através da sua Emenda com o nosso apoio é absolutamente procedente e esta Mesa não precisa recorrer ao Plenário e pode acatar esta Emenda porque ela é autorizatória e transferirá ao Governador maior delegação ainda do que ele está pedindo na Mensagem que manda. Conto com o espírito democrático desta Presidência, com a sapiência dela e não precisa remeter essa decisão ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente obedeço ao dispositivo constitucional e infelizmente, no regime democrático a maioria é que decide.

Imagine se a minoria decidisse, que caos iria acontecer no regime democrático. Mantenho a minha decisão.

Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa de transformar a Emenda em Projeto à parte, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, requeremos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Trinta e dois aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Sete rejeitam.

Está aprovada. Projeto à parte a Emenda do Deputado Adur.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - É que essa maior

ria que aprovou é muito semelhante àquela do PMDB. Não fecharam questão. Muitos deles vão votar a favor da Emenda se o Senhor colocar em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, Inês é morta.

Os Senhores que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

**Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1828-R, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Doutor Rosinha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Eu também solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência também está inscrito.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana que findou, a imprensa paranaense foi bastante fértil com relação ao Instituto de Previdência do Estado do Paraná. O IPE não tem correspondido às necessidades dos servidores públicos do nosso Estado. Há anos fala-se que esse Instituto está falido e ele tem demonstrado isso na prática, ao atrasar o pagamento aos prestadores do serviço ao Instituto.

Isso tem feito com que os servidores públicos não sejam atendidos na hora em que necessitam de atendimento médico.

Quero exemplificar com um caso ocorrido de desrespeito humano já na semana passada. O funcionário do DER, Luiz Carlos Antunes de Almeida, sofreu uma fratura e foi encaminhado ao Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa, depois de cerca de uma semana naquele Pronto Socorro, irresponsavelmente, a direção daquele hospital, enviou este paciente através de uma ambulância para a Cidade de Curitiba sem fazer, sequer, o seu encaminhamento. E ele chegou aqui sexta-feira pela manhã, ficando até cerca de quatro, cinco horas da tarde batendo de porta em porta, e nenhum hospital desta cidade atendeu. Primeiro porque não era emergência aí o Hospital do Cajuru e o Evangélico que têm pronto socorro não atendiam. Segundo porque já era um caso que vinha sendo atendido no Pronto Socorro de lá e teria que ser encaminhado com sua respectiva AIH, ou seja, autorização de internação hospitalar para Curitiba. E aquele Pronto Socorro não fez isso, irresponsavelmente. Terceiro, sendo um servidor público, seria muito mais fácil - para ele - ser internado sem autorização de internamento hospitalar porque é a AIH uma exigência do SUS. Ele poderia ser internado com a maior facilidade se o IPE não fosse inadimplente para com aqueles que lhe prestam serviços.

Quero dizer que no início do período ordinário, nesta Casa, faremos um pedido da constituição de uma Comissão Especial de Deputados, para estudar a situação do IPE. Saber as razões da inadimplência. Saber o montante arrecadado e no que é feita suas despesas e por quê.

Quero deixar claro que não será uma CPI porque não estamos acusando ninguém de irregularidade, mas sim, uma Comissão Especial para que possamos tomar conhecimento do que ocorre no IPE e trazermos para



Plenário deste Parlamento para que todos os Senhores Deputados possam tomar posição. Porque não pode continuar o IPE funcionando como está e fazendo dos servidores públicos do Estado, vítimas do péssimo atendimento na área de saúde. Já que são vítimas do descaso em relação a seus salários medíocres há mais de um ano, sem, sequer, um reajuste. Apesar do ensaio do Governo que no período extraordinário mandaria uma Mensagem de reajuste que até agora não veio.

Não bastasse esse descaso funcional, esse descaso com a questão financeira dos seus servidores, também há o descaso no atendimento na área de saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli em Explicações Pessoais.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não poderia passar o dia de hoje sem fazer um relato do que foi a convenção do nosso Partido PMDB, ontem, em Brasília. Lá estive ao lado do Deputado Caio Quintana, junto com a delegação da nossa Bancada - Deputado Orlando Pessuti, cumprindo até uma determinação do nosso Líder Orlando Pessuti, estivemos em 26 Delegados do Paraná, que significaram 30 votos contra a reeleição já para o Presidente que está no exercício do cargo, e votando contra, nos somamos a uma expressiva maioria do PMDB que, numa Convenção maiúscula, disse não ao casuísmo e ao interesse pessoal - porque no momento que o Presidente Fernando Henrique Cardoso insiste para que, numa votação congressual, possa ter o seu direito de reeleição reconhecido, na verdade ele está rompendo, - como bem disse o ex-Deputado e ex-Governador, Mário Pereira, rompendo, na verdade, o princípio da formação de gerações, que é mais ou menos como aquele que vai a um cinema e vê alguém querendo furar a fila. O Fernando Henrique quer furar a fila, o Presidente não pode dar maus exemplos, um mau exemplo como esse à Nação.

E o Paraná, saibam os Senhores, nós do PMDB, que tanto ficamos tristes, muitas vezes de ver a desunião do nosso Partido aqui no Estado, ontem vivemos um momento único, em que a Unidade do PMDB do Paraná prevaleceu porque encaminharam a votação na convenção, os ex-Governadores Mário Pereira e Roberto Requião, que estiveram muito próximos até, Deputado Alborghetti, muito próximos até de passar para que a histó-

ria possa num momento outro analisar a eventual divergência que tiveram.

Mas conseguimos dar o primeiro passo de resgatar a unidade do PMDB do Paraná. E quero crer, Senhor Presidente, estivemos lá com o Presidente do PMDB nacional, o Deputado Paes de Andrade, um grande Parlamentar, e acho que o PMDB ontem, como bem disse o Senador Requião, não vai servir para ser cachorro de índio, que fica latindo atrás da caça, mas que, na verdade, depois fica mastigando apenas os restos.

Não seremos um Partido caudatário do PSDB nacional, se o PSDB quiser uma aliança com o PMDB, pode até discutí-la a nível estadual como nacional, mas o PMDB não será como cachorro de índio.

Por isso que para nós foi um grande momento este que vivemos ontem, e quero crer eu, que o Presidente da República, fruto da convenção do PMDB, terá que rever o seu papel e a sua postura de se transformar em Fernando I, porque o PSDB tem homens da maior qualidade e o princípio da reeleição, na verdade, é o princípio de furar a fila do cinema, é o princípio de transgredir as regras do jogo.

Por isso que o PMDB ontem, a base do PMDB, Deputado Sâmis, deu uma grande demonstração de como é que se pode fazer política e de formar novas gerações desse país. O "não" do PMDB significou um "não" para a reeleição e a eleição do Fernando I.

Muito obrigado e viva o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente Sessão, marcando outra para tão logo o Governo submeta a Assembléia, Mensagem Governamental.

Nesse período nós nos dedicaremos às Comissões, trabalho das Comissões. E se o Governo não mandar a Mensagem até o dia 18, está encerrado por antecipação, o regime extraordinário.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Não vai extinguir o período extraordinário hoje, Senhor Presidente, vamos aguardar quem sabe, novas Mensagens extinguindo algumas Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só avisamos que se não houver Mensagem, nos vamos nos dedicar aos trabalhos das Comissões até o dia 18, após o que, entraremos em recesso.

Levanta-se a sessão.